

**TEMPOS MODERNOS:
A CONSTRUÇÃO VERBO-VISUAL
DE TRABALHADORES E EMPREGADORES DOMÉSTICOS
EM NOTÍCIAS DE JORNAL**

Nadja Pattresi de Souza e Silva (UFF)

nadja.pattresi@gmail.com

1. Introdução

Sob a ótica de que o estudo da linguagem deve transcender o limite do que é falado para considerar, numa relação constitutiva, o modo como a linguagem é falada e faz falar, este trabalho propõe analisar as imagens sociais e discursivas de trabalhadores e empregadores domésticos forjadas verbal e visualmente em duas notícias do jornal *O Globo*. Veiculados entre março e abril de 2013 por ocasião da nova lei concernente às categorias mencionadas, os textos em foco serão investigados à luz da Semiologia (CHARAUDEAU, 2001, 2006, 2008) e de estudos sobre a imagem fotográfica, respaldados em autores como Barthes (1990) e Joly (1996). O objetivo central é examinar as vozes dissonantes que povoam as notícias selecionadas e contribuem significativamente para a direção argumentativa que nelas emerge. A fim de delinear outras categorias de análise, recorreremos, ainda, a conceitos provenientes da linguística textual, especificamente aos de referência e implícitos, articulando-os aos níveis situacional, discursivo e semiológico, relacionados à construção do sentido do ato de linguagem e propostos pela perspectiva de análise do discurso aqui considerada. Com base neste estudo, sustentamos a ideia de que a leitura atenta e bem orientada de notícias, gênero típico em nosso cotidiano, pode revelar sentidos pretendidos e nem sempre assumidos pela esfera jornalística. No caso em foco, por exemplo, ao abdicar desse papel ativo, o leitor poderá incorporar visões sobre trabalhadores e empregadores domésticos que, longe de serem naturais e apriorísticas, são discursivamente construídas e revelam apenas um ponto de vista sobre tais grupos. Embora endossada pela mídia impressa, tal perspectiva pode e deve ser alvo de um constante posicionamento crítico do leitor, a fim de que assumam, de fato, sua função de interlocutor dos mais variados textos que circulam socialmente.

Folhear as páginas de um jornal, deslizar o cursor do *mouse* sobre a tela do computador, selecionar objetos e *links* com o toque dos nossos próprios dedos nos mais diversos aparelhos eletrônicos de última gera-

ção. Todas essas formas de acesso ao material produzido pela mídia, impressa ou digital, não raro, são precedidas – ou, ao menos, acompanhadas – pelo interesse que as imagens fotográficas dos jornais despertam em nós.

Em se tratando de fotografias, em particular, acreditamos que a imagem capturada e ali inserida é a própria cena, evento ou sujeito que se representa. Cotidianamente, a ideia de representação constitutiva de toda e qualquer imagem fotográfica, inclusive a do fotojornalismo, é subsumida pelo selo de credibilidade que a semelhança e os elementos indicativos conferem à fotografia. A par desse efeito de realidade, também se acredita, em geral, que o reconhecimento dos elementos enfocados pela câmera, congelados na fotografia e reforçados pelo texto verbal seja equivalente ao próprio ato de interpretação do que ali é visto.

Para além dessa ilusão de naturalidade, este trabalho propõe analisar as imagens de trabalhadores e empregadores domésticos formuladas verbal e visualmente em diferentes notícias do jornal *O Globo*, veiculadas entre março e abril de 2013. Servirão de fundamentação teórica à pesquisa os pressupostos e categorias fornecidos por estudos sobre a imagem (BARTHES, 1990; JOLY, 1996; KOSSOY, 2009), o texto e o discurso (CHARAUDEAU, 2001, 2008; KOCH; PENNA, 2006), que se serão brevemente descritos a seguir.

2. A polissemia do signo imagem e da imagem signo

Ao recorrermos ao dicionário, num aparentemente simples exercício de definição do termo imagem, deparamo-nos com a polissemia de que a palavra se reveste. Desde a ideia de reprodução gráfica, plástica ou fotográfica de algo ou alguém à de representação mental, lembrança ou metáfora, identificamos que, como um signo verbal, a palavra recobre diferentes acepções. Aquela que se mostra central para os limites deste trabalho se relaciona tanto à imagem social e culturalmente construída, aproximando-se da noção de estereótipo, como àquela que é propriamente visual, materializada, neste caso, nas fotografias inseridas nas notícias.

De qualquer modo, ambas as perspectivas compartilham a estreita relação mantida com a dimensão simbólica, o que faz com que, de um lado, a imagem visual não se limite à simples imitação do alvo fotografado e, de outro, a imagem verbal não se circunscreva ao aspecto aparentemente natural e apriorístico do processo de estereotipagem.

Tal ótica permite-nos concluir que a mesma pluralidade de sentidos acionada pela palavra imagem faz-se presente na própria imagem visual, já que, em sua dimensão representacional – e, portanto, aberta à interpretação – ela transcende a função icônica e indicial de que é igualmente portadora.

O foco das próximas seções se direciona à breve discussão dos conceitos de imagem que interessa ao escopo deste trabalho.

3. *Estereótipos*

A origem do termo estereótipo vincula-se ao universo tipográfico, em que a palavra designava a placa com que se imprimiam letras e imagens no papel. Da sua origem, permanece a noção de padrão, forma, base e, segundo a área do saber a partir da qual sejam analisados, os estereótipos se associam a aspectos positivos ou negativos.

Lysardo-Dias (2007) e Charaudeau e Maingueneau (2006) apresentam os conceitos que as diferentes áreas atribuem ao vocábulo. A primeira autora elenca três principais conceitos: a) no âmbito da psicologia social, estereótipos se referem a imagens pré-fabricadas que se convencionalizam num grupo social e gerenciam sua convivência, de modo a se tornarem indicadores da organização desse grupo; b) no campo sociológico, o estereótipo adquire papel construtivo na medida em que concorre para a estabilidade e a coesão do grupo, já que influenciam ideias e atitudes dos indivíduos; c) na perspectiva discursiva, enfim, estereótipo apoia-se na ideia de pré-construído, o que aponta para uma distinção entre o que é produzido na enunciação e o que é ativado como saber anterior e compartilhado por membros de um mesmo grupo. Engendrando preconceitos ou lugares comuns, os estereótipos configuram um universo de referência indispensável para a interação.

A par da abordagem sociológica, Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 214-215) acrescentam a perspectiva linguística e ressaltam o valor ideológico que os estereótipos assumem no processo discursivo. Para as vertentes da análise do discurso, o processo de estereotipagem representa um mecanismo de naturalizar o dito, escondendo a dimensão sócio-histórica da enunciação sob o manto do que é visto como natural por ser coletivamente aceito.

Os autores franceses (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006) destacam, ainda, juntamente a Lysardo-Dias (2007), que o concei-

to de estereotipia confirma o dialogismo da linguagem, princípio bakhtiniano segundo o qual o dito convoca constantemente o já-dito, revelando uma superposição de vozes na construção enunciativa e configurando o que se conhece por *intertextualidade* e *interdiscursividade*.

Soma-se a essas abordagens a visão cognitiva que, descrita em Lima (1997, p. 171), aponta para o caráter econômico da estereotipia, já que tais representações possibilitam às pessoas se organizarem “de tal forma (...) que uma grande quantidade de informação possa ser acedida com o mínimo de esforço cognitivo”. Sob esse prisma, as realizações mais comuns do estereótipo seriam o protótipo⁵¹, o enquadramento (*frame*)⁵² e o guião (*script*)⁵³.

Ainda que, a princípio, os estereótipos impliquem cristalização e fixação de imagens e conceitos, eles não se mostram como elementos estáticos. Tal como sublinha Lysardo-Dias (2007, p. 27), eles são veiculados por diferentes agentes (família, escola, mídia etc.) e, ao mesmo tempo em que podem ser ratificados, podem, igualmente, sofrer modificações em consonância com as mudanças vividas pela sociedade em geral.

Assim, cada época e grupo social engendram determinados conceitos e olhares, de sorte que o que se impunha enquanto estereótipo num momento e lugar pode ter sido reelaborado e, até mesmo, negligenciado pelo grupo, em outro período.

Isso posto, concluímos que, assim como os estereótipos são reforçados em diferentes discursos, podem também ser dessacralizados, desconstruídos e remodelados, sinalizando um questionamento de construtos culturais e, por extensão, certa ruptura com a voz coletiva em favor de uma voz mais particularizada, que coloca em relevo aspectos que vão de encontro às expectativas sustentadas pela estereotipia.

⁵¹ Segundo Lima (1997, p. 172), um protótipo pode ser definido como “conjunto de atributos de uma dada categoria cognitiva que mais tipicamente representa essa categoria”.

⁵² Segundo Crystal (2008, p. 197), “na teoria semântica, *frames* são estruturas que codificam o conhecimento sobre tipos de objetos e situações estereotipadas, os quais delineiam os papéis desempenhados por suas partes ou participantes” (tradução da autora).

⁵³ Os *scripts* abarcam conhecimentos que embasam modos de ação culturalmente estereotipados, inclusive modos de expressão.

4. *A peculiaridade da imagem fotográfica: o semelhante e o diferente*

A relação que a imagem fotográfica mantém com o real é inegável. De acordo com Barthes (1990, p. 27), prepondera, inclusive entre linguistas, o pensamento de que a imagem seria “um centro de resistência ao sentido, em nome de uma certa ideia mítica da vida: a imagem é representação (...)”.

É o mesmo autor que afirma, ainda, que esse aspecto de *analogon* que subjaz à imagem a empobrece e restringe em certo sentido, de forma que “uns pensam que a imagem é um sistema muito rudimentar em relação à língua; outros que a significação não pode esgotar a riqueza indizível da imagem” (*ibidem*, p. 27).

Traçando um paralelo entre a linguagem verbal e a não verbal, Barthes ratifica a importância do papel do leitor/espectador de imagens para a construção dos sentidos que elas mobilizam, e destaca que

A língua da imagem não é apenas o conjunto de palavras emitidas (por exemplo, ao nível do combinador dos signos ou criador da mensagem), é também o conjunto das palavras recebidas: a língua deve incluir as ‘surpresas’ do sentido (*ibidem*, p. 38)

Filiando-se a esse posicionamento e atendo-se, em particular, à imagem fotográfica, Kossoy (2009) a caracteriza como um construto marcado pelo paradoxo. Ao mesmo tempo em que traz em si a marca física de que algo ou alguém esteve ali, diante da objetiva, e foi congelado pela ação da câmera, a fotografia comprova, também por si mesma, a impossibilidade de apenas reproduzir e representar o que se flagrou.

Sua vocação é a de capturar cenas, momentos e sujeitos e, ao fazê-lo, transformá-los em tantas outras situações no instante em que os mais variados observadores/leitores os veem/leem.

É nesse sentido que se pode corroborar a tríplice dimensão da fotografia: a de apresentar algo, como um ícone; a de indicar traços de que algo, de fato, em algum momento, esteve ali presente, tal como um índice; e a de (re)criar a realidade que ali ganha existência, assim como um símbolo.

Esse traço da imagem, que ultrapassa o icônico, é reconhecido por Joly (1996, p. 84), quando afirma que “[...] a imagem não são as coisas que representam, elas se servem das coisas para falar de outra coisa”. A mesma autora defende que o desafio da análise da fotografia reside precisamente na percepção desse fato: ultrapassar os limites da “cegueira da

analogia e constituir a imagem em signo, ou, mais exatamente, em sistema de signos” (*ibidem*, p.84).

Nesse ponto, destacamos, uma vez mais, que, tais como os textos verbais, as fotografias também podem e devem ser lidas, interpretadas, e não apenas reconhecidas e identificadas. Seguem, pois, alguns pressupostos teórico-metodológicos, oriundos dos estudos do texto e do discurso, que podem ensejar e fundamentar tal leitura.

5. A semiolinguística e a linguística textual: um diálogo possível

Ao preconizar a natureza eminentemente interacional e sociocultural da linguagem, a semiolinguística, desenvolvida por Patrick Charaudeau, e a linguística textual, representada, no Brasil, por autores como Ingedore Koch e Luiz Antonio Marcuschi, apresentam relevantes pontos de contato, que, tendo em vista os objetivos deste trabalho, mostram-se ainda mais significativos.

A fim de analisar as construções verbo-visuais de trabalhadores e empregadores domésticos nas notícias escolhidas, recorreremos aos conceitos de níveis de linguagem e referência, pressupostos teóricos atinentes, respectivamente, à Semiolinguística e à linguística textual. Tais conceitos são apresentados, em linhas gerais, nos itens subsequentes.

5.1. Os níveis de linguagem

Com vistas a delinear o conjunto de condições que configuram o ato de linguagem como uma construção dinâmica e situada, Charaudeau (2001) desenvolve um modelo em três níveis, aos quais correspondem três tipos de competências para os sujeitos em interação. São eles o *nível situacional*, o *nível discursivo* e o *nível semiolinguístico*, associados, respectivamente, à *competência situacional*, à *competência discursiva* e à *competência semiolinguística*.

O *nível situacional* diz respeito à identidade dos protagonistas (quem fala para quem), à finalidade da troca comunicativa (o que se deve dizer em dada circunstância), o seu propósito (que delimita sobre o que se deve falar) e as circunstâncias materiais de tal intercâmbio (situação de comunicação monolocutiva ou interlocutiva e o suporte em que o texto é veiculado, por exemplo).

O *nível discursivo* pressupõe que os sujeitos em interação sejam capazes de reconhecer as estratégias mobilizadas de acordo com os elementos situacionais colocados em jogo. Tais estratégias, que não devem ser confundidas com as que são propriamente linguísticas, subdividem-se em três categorias: as estratégias *enunciativas*, as *enuncivas* e as *semânticas*.

As *estratégias enunciativas* abarcam o modo pelo qual o sujeito que fala se relaciona com o dito, caracterizando diferentes papéis enunciativos e modalidades discursivas: a *elocução*, em que predominam marcas de primeira pessoa; a *alocução*, em que sobressaem as marcas de segunda pessoa, já que o *tu* é aquele a quem se pretende influenciar diretamente; e a *delocução*, em que se apagam as marcas de pessoalização, denotando distanciamento.

Os mecanismos *enuncivos*, a seu turno, referem-se aos modos de organização do discurso, quais sejam o *descritivo*, o *narrativo* e o *argumentativo*. O modo de organização descritivo atende ao propósito de nomear e qualificar os seres do mundo objetiva ou subjetivamente. A narração consiste em descrever as ações e os movimentos de cada um dos actantes nela presentes, e a argumentação permite organizar as seqüências causais que explicam os acontecimentos, bem como as provas do falso, do verdadeiro e do verossímil.

Quanto aos mecanismos *semânticos*, identificamos o papel do conhecimento de mundo e dos saberes partilhados entre os sujeitos em interação. Eles contemplam, basicamente, os saberes mais ou menos objetivos e aceitos, como os científicos, e os saberes de crença, que regulam os juízos de valores e as experiências sociais, alicerçando-se tanto em mecanismos explícitos quanto implícitos, donde decorre a relevância dos procedimentos de inferência quanto à identidade dos interlocutores, à finalidade do intercâmbio comunicativo e às estratégias mobilizadas, por exemplo, nem sempre enunciadas de forma direta.

No *nível semiolinguístico*, por fim, pressupõe-se que os sujeitos sejam capazes de reconhecer as formas dos signos empregados, assim como suas regras de combinação e seu significado, que estão a serviço dos elementos situacionais e da organização discursiva das interações. Nesse campo, incluem-se, pois, a composição e diagramação do texto; a conformação gramatical utilizada (escolha de pronomes, de conectores, os modalizadores, entre outros) e a escolha de itens lexicais segundo os valores sociais e culturais a eles atrelados.

5.2. A referenciação e os objetos de discurso

Distanciando-se da definição tradicional de coesão referencial, em geral circunscrita à retomada de elementos da superfície textual por classes gramaticais como, por exemplo, os pronomes pessoais, o conceito de referenciação vai ao encontro da caracterização da linguagem como uma atividade eminentemente sociocultural e discursiva.

Por meio do mecanismo de referenciação, estabelece-se muito mais do que a relação entre dois termos da superfície textual: o que se observa é uma verdadeira (re)construção do que se tem como o real a partir de visões de mundo influenciadas por fatores culturais, cognitivos, sociais e ideológicos (ALVES FILHO; COSTA FILHO, 2013).

Disso resulta a configuração de objetos de discurso, que não só plasmam nosso universo de referências, numa dimensão precipuamente discursiva e não representacional, como também revelam o ponto de vista que o escritor/locutor sustenta e que, em geral, deseja que o leitor/ouvinte também adote (KOCH; PENNA, 2006).

A seguir, destacamos as propostas de análise da imagem de trabalhadores e empregadores domésticos em notícias de jornal com base nesses fundamentos teóricos.

6. *Descrição e análise do corpus: os empregadores e trabalhadores domésticos no jornal*

O *corpus* selecionado constitui-se de duas notícias, acompanhadas de suas respectivas fotografias e retiradas do caderno de economia do jornal *O Globo*, reunidas sob o título “Direitos iguais”, em duas edições: a de 27 de março e a de 07 de abril de 2013⁵⁴.

Em nossa análise, levamos em consideração os seguintes aspectos: a) os recursos mais especificamente atrelados ao nível semiolinguístico e os consequentes efeitos de sentido produzidos, e b) as estratégias de referenciação nominal relacionadas aos trabalhadores e empregadores domésticos, mobilizadas no texto verbal em paralelo com as fotografias.

A opção metodológica aqui adotada, descrita nos itens *a* e *b* acima, justifica-se pelo fato de que, em geral, predominam, nos dois textos,

⁵⁴ As duas notícias analisadas figuram, em sua versão integral, nos anexos.

os modos de organização descritivo e narrativo, bem como o contrato de comunicação que, na maioria das vezes, é estabelecido em textos jornalísticos.

No circuito externo, há um sujeito comunicante, que se coloca num lugar de quem pode e sabe informar, dirigindo-se a um sujeito interpretante, que busca, nas notícias, informações sobre eventos específicos. No campo do dizer, o sujeito enunciador assume dada identidade discursiva e projetada, de acordo com o posicionamento assumido, determinada imagem de leitor (sujeito destinatário).

Apesar de certas recorrências, com base em recursos como a seleção lexical realizada nos textos em foco, torna-se possível, tal como se apontará nas análises a seguir, perceber um direcionamento argumentativo que ultrapassa a pretensa aparência de imparcialidade de que as notícias, a princípio, se revestem.

Notícia 1⁵⁵ – 27 de março de 2013

M⁵⁶.: Mudança histórica

L⁵⁷.: Senado aprova por unanimidade reforma da Constituição que iguala direitos das domésticas

Inicialmente, observamos o caráter eminentemente avaliativo da manchete, enunciado tipicamente sucinto que antecede a notícia. No nível semi-linguístico, no que tange à seleção lexical, observamos que o autor da notícia elege um substantivo (“mudança”) acompanhado de um atributo (“histórica”), que confere ao episódio um aspecto marcante e inédito, já que é constituído, discursivamente, como um evento que tem o poder de se inscrever na própria história do país.

No *lead*, identificamos a especificação de tal mudança pelo processo de retomada operado, aproximando a ideia de “mudança histórica” a de “mudança na Constituição que iguala direitos das domésticas”. Desse último enunciado, interessa-nos destacar dois aspectos.

⁵⁵ Dado o limite deste trabalho, optamos por concentrar a análise apenas no texto da notícia propriamente dita, sem nos ater ao estudo das duas outras seções que figuram junto a ela: a tabela “Direitos da categoria” e a coluna “Principais dúvidas”.

⁵⁶ Utilizaremos a letra **M** para indicar a manchete das notícias.

⁵⁷ Empregaremos a letra **L** para sinalizar o *lead* das notícias, texto resumido que as antecede e que, nas palavras de Alves Filho e Costa Filho (2013, p. 186), é visto como um dos “lugares preferidos para se opinar implicitamente”.

O primeiro é a pressuposição de que, até então, a categoria de trabalhadoras enfocada não era tratada igualmente. O segundo é a própria utilização do termo “domésticas” para caracterizar tal classe de trabalhadores. Sabemos que a mudança da lei não se restringe às mulheres domésticas, mas a todo e qualquer trabalhador que estabelece uma relação de trabalho frequente na residência de alguém. Então, a escolha do termo no gênero feminino já sinaliza certa visão de mundo estereotipada desse grupo de trabalhadores: cabe às mulheres o exercício de tal função na sociedade.

Esse ponto de vista parece ser ratificado pela própria fotografia, que focaliza a presença exclusiva de mulheres entre os parlamentares que, a julgar pela legenda, comemoraram a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC). No corpo do texto, temos que parlamentares de todos os partidos foram favoráveis, mas a foto, em posição de destaque na notícia, reforça, uma vez mais, a imagem estereotipada de que essa é uma causa feminina, quando, na verdade, diz respeito ao todo da classe trabalhadora que presta serviços domésticos, bem como a toda população, já que promove o fortalecimento dos direitos trabalhistas de forma geral.

A seguir, reunimos as referências nominiais utilizadas, ao longo da notícia, para construir a identidade de trabalhadores e empregadores domésticos, acompanhadas do número dos parágrafos em que ocorrem.

Parágrafo	Trabalhadores	Empregadores
1º	<i>domésticos; (demais) trabalhadores; PEC das domésticas; trabalhadores no serviço doméstico</i>	-
2º	-	<i>empregadores; contribuição patronal; empregador</i>
5º	<i>domésticos</i>	-
6º	-	<i>empregadores</i>
7º	<i>empregados</i>	<i>empregadores</i>

Quadro 1 –

Referências nominiais a trabalhadores e empregadores domésticos na notícia de 27/03/2013

Em contraposição ao texto do *lead*, à fotografia e à legenda da foto (“Parlamentares, como a deputada Benedita da Silva, ao centro, comemoram a aprovação da PEC”), em que a inclusão da sigla “PEC” já evoca a expressão completa, tal como foi socialmente batizada (“PEC das domésticas”, cf. quadro), a ocorrência do feminino para a identifica-

ção dos trabalhadores domésticos no corpo da notícia não é frequente. Ela ocorre apenas uma vez em contraste com as outras cinco ocorrências relacionadas à categoria.

Quanto à figura de quem contrata o trabalho doméstico, a utilização majoritária do termo “empregador” mantém um tom que se pretende neutro para a referência ao grupo, diferenciando-se uma única vez na expressão “contribuição patronal”, em que o adjetivo aciona o nome “patrão” e traz a reboque a marca, social e culturalmente construída, da relação de hierarquia e subalternidade do funcionário em relação ao empregador.

É interessante registrar, ainda, que as sequências em discurso direto e até as que aparecem em discurso reportado se restringem às vozes das parlamentares, que, desde o *lead*, recebem o foco quanto à exposição e tratamento do assunto em questão.

Notícia 2 – 7 de abril de 2013

M.: Nova divisão (forçada) do trabalho no lar

L.: Psicanalista prevê ‘confusão emocional’ para casais e até aumento de divórcios. Para antropóloga, nova geração terá ganhos

É sintomático, no nível semiolinguístico, o emprego do adjetivo “forçada” para caracterizar a nova divisão de trabalho no lar. Ainda mais significativo é a sua localização entre parênteses, denotando um acréscimo, um adendo, algo que sinaliza uma voz que ecoa, provavelmente, de um enunciador que avalia, negativamente, o impacto da mudança na lei para o segmento implicitamente relacionado à classe média, uma vez que é no lar desse segmento social que a reorganização “forçada” de tarefas terá que acontecer pela impossibilidade de se manter a presença de um trabalhador doméstico.

Outra inferência que daí decorre é a de que, se não fosse por força da lei, a configuração da família da classe média em nada se alteraria e os direitos trabalhistas dos domésticos permaneceriam longe da igualdade, o que, a julgar pela manchete, era a própria razão para que tivessem seus empregos assegurados no “lar” da camada mais abastada da população.

Quanto ao *lead*, encontramos a presença do discurso reportado relacionado a duas categorias profissionais socialmente prestigiadas (uma psicanalista e uma antropóloga). Parece-nos relevante, aqui, contrastar a notícia anterior e seu foco na figura dos parlamentares ao foco eleito neste outro texto.

Para lidar com o drama que se abateu sobre a classe média devido à sua compulsória reorganização doméstica, é preciso convocar especialistas seletos, capazes de auxiliá-la e responder as suas demandas, já que o segmento é colocado, desde a manchete, na condição de vítima daquilo do que, em consequência desse recorte, avulta como uma “mudança histórica negativa”, capaz de gerar abalos emocionais e divórcios, e não uma conquista social e democrática dos trabalhadores brasileiros. A referência à perspectiva antropológica parece balancear esse enfoque, mas, ainda assim, não apaga a força que assumem a manchete e a primeira parte do *lead*.

No quadro abaixo, reunimos, à semelhança da análise anterior, as referências nominais utilizadas para construir a identidade de trabalhadores e empregadores domésticos, bem como os parágrafos em que elas são utilizadas.

Parágrafo	Trabalhadores	Empregadores
1º	<i>empregadas domésticas; essas profissionais</i>	<i>famílias; homens, mulheres e crianças</i>
2º	<i>empregadas</i>	-
4º	<i>empregadas domésticas fixas</i>	-
5º	<i>imagem da escrava</i>	<i>famílias; cabeça das crianças</i>
6º	-	<i>mulher</i>
7º	<i>empregada doméstica; PEC das domésticas; empregada mensalista; empregada diarista</i>	<i>administrador Pedro da Fonseca; pai; mãe; mulher; Pedro e a mulher</i>
8ª	<i>empregada doméstica</i>	-
9ª	<i>mulheres no trabalho doméstico</i>	-
10º	-	<i>mulher, marido e crianças</i>
12ª	<i>empregadas</i>	<i>Pedro Neiva e sua mulher; mulher; Pedro</i>
13º	<i>domésticas</i>	-
14º	-	<i>casal</i>
15º	-	<i>produtora cultural Juliana; marido, o italiano Matteo Facheris</i>
17º	<i>empregada doméstica</i>	<i>Matteo</i>
18º	<i>empregada</i>	-

QUADRO 2 –

Referências nominais a trabalhadores e empregadores domésticos na notícia de 07/04/2013

Nessa notícia, a construção da categoria de trabalhadores domésticos é exclusivamente feminina, destacando-se a figura da escrava, his-

toricamente marcante para a compreensão das relações desiguais que ainda hoje se observam na sociedade.

Quanto à construção da imagem dos empregadores, há um interessante diferencial em relação à notícia anterior. Enquanto lá se buscava um tom relativamente equilibrado em referência a esse grupo, aqui, há uma gama variada de referências nominais, desde o termo “famílias” à utilização de nomes próprios.

No caso da referência feita com nomes próprios, percebemos que ela é, quase sempre, reservada aos homens, que, além de nomeados, também aparecem associados a alguma caracterização de nacionalidade ou de profissão. No caso das mulheres, entretanto, ainda que estejam no polo socialmente prestigiado de quem emprega e não de quem é empregada, são apenas referidas como “mulher” ou “mulheres” e não apresentam nome nem ocupação profissional.

A única exceção a esse caso ocorre justamente no final da notícia e na fotografia acompanhada da seguinte legenda: “Na cozinha. O italiano Matteo e a brasileira Juliana no apartamento em Ipanema: divisão de cardápio, compras e educação dos filhos”. Na imagem, vemos Matteo, em segundo plano, e Juliana, em primeiro, envolvidos em tarefas domésticas.

O título sob o qual esse trecho da notícia se abriga (“Divisão de tarefas une o casal”) parece fornecer alguma pista para essa ocorrência. A exemplo do que ocorreu na primeira notícia, parte da matéria contraria a tendência do *lead*. Ao passo que nele se lê que a nova lei promoveria o aumento de divórcios entre casais, esse subtítulo sinaliza o oposto.

A julgar pela tendência adotada ao longo de todo o texto, podemos conjecturar que essa mudança no subtítulo se explique justamente pelo fato de essa mulher exercer uma profissão valorizada e pertencer a um seletor grupo social, que mora, inclusive, em Ipanema, como a legenda explicitamente indica.

Em consonância com essa leitura, ainda que a mudança no comportamento familiar tenha sido forçada, conforme a manchete aponta, ela é possível em famílias extremamente peculiares, como a notícia pretende fazer crer: a mulher da foto é profissional (produtora cultural), e o homem, estrangeiro (cf. **Quadro 2**) e mais habituado a esse outro estilo de vida.

7. Resultados

A análise das duas notícias e fotografias das referidas edições do jornal *O Globo* nos possibilitou perceber as diferentes relações de sentido que se originam a partir da escolha lexical que delinea diferentes imagens/papéis para trabalhadores e empregadores domésticos.

Ao final dessa breve análise, podemos estabelecer algumas aproximações e também diferenças em relação a essas categorias nos textos em foco. No que concerne às semelhanças, houve, em ambos os casos, um contraste entre tendências apontadas nos *leads* e nas respectivas notícias.

Uma vez que o *lead* exerce papel de resumo e de destaque em relação ao conjunto do texto jornalístico, podemos pensar que a direção de sentido que eventualmente predominará será a que primeiro e mais marcadamente se enunciou. No caso da primeira notícia (27 de março de 2013), a identificação feminina da categoria de trabalhadores domésticos, e, no caso da segunda (07 de abril de 2013), a vitimização da classe empregadora e média da população com o advento dos direitos trabalhistas do grupo de trabalhadores em foco.

Quanto às diferenças mais proeminentes, podemos mencionar a caracterização dos empregadores. Na primeira notícia, ela tende à neutralidade e, na segunda, é nomeada e identificada quanto à atividade profissional quando se refere a homens. Isso lhes confere certa distinção e valorização em comparação ao grupo das mulheres, domésticas ou não, já que, no segundo texto, mesmo as que são empregadoras, não são, na maioria dos casos, singularizadas de modo algum.

8. Considerações finais

À luz de categorias da Semiologia e da linguística textual, empreendemos uma breve análise de notícias e suas respectivas fotografias, extraídas de duas edições do jornal *O Globo*. Nosso objetivo principal era investigar as construções discursivas de trabalhadores e empregadores domésticos, levadas a efeito tanto verbal como visualmente.

Ao cabo do estudo e diante dos resultados apontados, resta-nos a sensação de que os tempos modernos, que muito engenhosamente Chaplin satirizava no início do século XX, ainda estão por aqui, na alvorada do século XXI, quando textos midiáticos seguem reforçando estereótipos

e cristalizando modos de encarar tão grande parcela da população brasileira.

Fica, também, a convicção de que outros estudos e novos recortes, mais abrangentes que aqueles aqui realizados, são necessários para que se possam alcançar outros resultados e apontamentos.

Entretanto, com base na proposta delineada, tornou-se ainda mais nítida a necessidade de incentivarmos, como profissionais da linguagem, a leitura lúcida e atenta de todo e qualquer texto, verbal e visual, a fim de que outras imagens de trabalhadores e empregadores domésticos possam se configurar e se reconstruir a cada texto e a cada novo enfoque histórico e social que deles se faça. Afinal, não há outro modo tão legítimo de existência e de construção do mundo quanto àquele que se desenrola na e pela interação linguageira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES FILHO, Francisco; COSTA FILHO, José Nilson Santos da. A construção referencial de contraventores ricos e pobres em notícias. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de. (Orgs.). *Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2013.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). *Da língua ao discurso*, reflexões para o ensino. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005, p. 11-29.

_____. *Linguagem e discurso*, modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. De la competencia social de la comunicación a la competencia discursiva. *Revista Latinoamericana del Estudios del Discurso*, Caracas, vol. 1, n. 1, p. 7-22, agosto 2001.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

CRYSTAL, David. *A Dictionary of Language and Linguistics*. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2008.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. São Paulo: Papyrus, 1996.

KOCH, Ingedore G. Villaça; PENNA, Maria Angélica de O. Construção/reconstrução de objetos-de-discurso: manutenção tópica e progressão textual. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, nº 48(1), p. 23-31, 2006.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê, 2009.

LIMA, Maria Manuel. Considerações em torno do conceito de estereótipo: uma dupla abordagem. *Revista da Universidade de Aveiro*, Aveiro, Publicação do Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, 1997, p.169-181. Disponível em:

<<http://sweet.ua.pt/~mbaptista/consideracoes%20emtorno%20do%20conceit%20de%20estereotipopdf>>. Acesso em: 26-04-2009.

LYSARDO-DIAS, Dylia. A construção e a desconstrução de estereótipos pela publicidade brasileira. *Stockholm Review of Latin American Studies*, 2007, p. 25-35. Disponível em:

<http://www.lai.su.se/gallery/bilagor/SRoLAS_No2_2007_pp25-35_Lysardo-Dias.pdf>. Acesso em: 26-04-2009.

Anexos

Quarta-feira 27.3.2013

Economia

08 de outubro | 23

Montadora
Pág. 26

GM DEMITE 598 EM FÁBRICA DE SP

Funcionários de São José dos Campos foram avisados dos cortes por cartas. Na ABC, montadora abre PVD

Fantasma europeu
Pág. 27

BRASIL DEVERÁ PÔR US\$ 18 BI EM FUNDO

Dos US\$ 100 bi do fundo dos Brics, a China entrará com US\$ 41 bi (na foto Mantega e ministro chinês Lou Jiwei)

DIREITOS IGUAIS

Paridade histórica

Senado aprova por unanimidade reforma da Constituição que iguala direitos das domésticas

GERALDA DOCA
geralda@tab.oglobo.com.br

ABRILH. O Senado aprovou ontem, por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que assegura aos domésticos direitos iguais aos dos demais trabalhadores. A PEC das domésticas, como ficou conhecida, entrará em vigor na próxima terça-feira, quando a nova legislação será promulgada pelo Congresso, em sessão solene. Assim, a categoria passará a ter direitos, imediatamente, à jornada diária de oito horas. O que exceder sete horas extras e deve ser pago com 50% sobre a hora normal. Outros benefícios, como FGTS obrigatório, adicional noturno, salário família e assistência gratuita aos filhos dependentes de até 6 anos, exigirão regulamentação. O Brasil tem 6,65 milhões de trabalhadores no serviço doméstico e apenas 30,6% são formalizados.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi criada há 70 anos, mas só agora as domésticas terão os mesmos direitos dos outros trabalhadores.

Para compensar parte dos aumentos de custos que os empregadores terão, o governo estuda reduzir a contribuição patronal para o INSS de 12% para 7% ou 8%. Simulação feita com base num salário de R\$ 1.000 mostra que uma hora extra diária de serviço doméstico, mais o FGTS, pode representar um acréscimo de 23% no custo do empregador.

ANDA HÁ DÚVIDAS SOBRE MEDIDAS

Segundo o ministro do Trabalho, Manoel Dias, o que depender da pasta será regulamentado em, no máximo, 30 dias. Ele disse que já há um grupo de trabalho analisando o que precisa ser feito para implementar as novas medidas e a ideia é chamar outras áreas de governo, como a Previdência e a Secretaria de Políticas para Mulheres:

— Vamos trabalhar para implementar as medidas o mais rápido possível. O ministro da Previdência, Garibaldi Alves, disse que os técnicos estão analisando o que precisa ser feito para assegurar aos domésticos salário família e seguro contra acidente de trabalho, benefícios previdenciários. Para ele, o impacto do salário família nas contas da Previdência será de R\$ 300 milhões por ano.

A senadora Lidice da Mata (PSB-BR), relatora da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado, reconheceu que há uma série de dúvidas sobre os direitos que entram em vigor imediatamente e o que dependerá de regulamentação. Por exemplo, como controlar a jornada de trabalho? Mas, segundo ela, isso já era esperado, diante de uma alteração profunda na Constituição, que vai exigir mudança de cultura dos empregadores:

— Os empregadores estão acostumados com o controle da jornada, mas há que



Comemoração. Parlamentares, como a deputada federal Benedita da Silva (PT-PA), ao centro, comemoram a aprovação da PEC

DIREITOS DA CATEGORIA

QUEM SE ENQUADRA

• Cozinheira, governanta, babá, lavadeira, faxineira, vigia, jardineiro, motorista particular e acompanhante de idosos

O QUE JÁ ERA GARANTIDO

- carteira de trabalho assinada
- salário mínimo
- irredutibilidade do salário
- 13º salário
- repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos
- folga nos feriados civis e religiosos
- férias de 30 dias remuneradas
- férias proporcionais, no término do contrato de trabalho
- estabilidade no emprego na gravidez
- licença à gestante
- licença-paternidade de cinco dias
- auxílio-doença pago pelo INSS
- aviso prévio de 30 dias
- aposentadoria
- vale-transporte
- FGTS opcional
- seguro-desemprego (para quem recebeu FGTS de até três parcelas consecutivas ao término)

DIREITOS ASSEGURADOS PELA PEC

- Entram em vigor imediatamente:
 - salário mínimo
 - jornada regulamentar diária de até 8 horas e semanal de 44 horas
 - hora extra de 50% sobre a hora normal

• redução dos riscos de trabalho

• proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menor de 18 anos

Previdência de regulamentação:

- reconhecimento de convenções e acordos coletivos de trabalho
- assistência gratuita a filhos de até 6 anos em creches e pré-escolas
- Seguro-desemprego
- FGTS obrigatório com multa de 40% sobre o saldo do fundo nas demissões sem justa causa
- adicional noturno (20% sobre a hora normal)
- salário-família
- seguro contra acidente de trabalho
- seguro-desemprego

Fonte: Ministério do Trabalho e da Previdência

AS PRINCIPAIS DÚVIDAS

HORAS NÃO TRABALHADAS AO SÁBADO PODER SER COMPENSADAS NA SEMANA? Sim, os especialistas acreditam que pode ser feito um acordo para compensação das horas de quem não trabalha o sábado. O ideal é que o acordo seja feito por escrito, porque em caso de problema, fica mais fácil provar o que foi combinado.

EXISTE UM LIMITE MÁXIMO DE HORAS EXTRAS? Em casos excepcionais, mas quando se trata de horas extras habituais, a CLT determina que sejam no máximo duas horas extras diárias. Por isso, a orientação para esse tipo de acordo que a jornada diária não passe de 10 horas, período que já inclui as horas extras e as horas compensadas dos sábados, por exemplo.

POSSO COMBINAR HORAS EXTRAS QUE SERÃO PEGAS DIAS ÚNICOS? Sim, são as chamadas horas extras habituais. Mas essa combinação deve estar registrada em acordo escrito e o modo de pagamento deve discriminar separadamente, o valor do salário e a parcela das horas extras.

PRECISO PAGAR INSS SOBRE AS HORAS EXTRAS? Sim, as horas extras entram na conta na hora de calcular o INSS, o FGTS e as férias, o adicional de férias e 13º salário. No caso desses idiomas, o cálculo será baseado na média de horas extras feitas durante o ano.

COMO VOU CONTROLAR A JORNADA DA MINHA EMPREGADA? A maioria dos especialistas aconselha que seja usado um livro de ponto, onde o empregado assine as horas de entrada, saída e intervalos.

POSSO FAZER CONTRATO DE EXPERIÊNCIA DE DOMÉSTICA? Pode e, após a nova legislação, deve. Esse contrato precisa ser feito por escrito, terá duração máxima de 90 dias e, em caso de demissão, não é preciso pagar o aviso-prévio e nem a multa de 40% sobre o saldo do FGTS.

prevaler o bom senso. Na maioria das vezes, os empregados entram às 8h e saem às 18h, é claro que mecanismos de compensação como bancos de horas resolverem e deverão ser aceitos pelo Ministério do Trabalho — disse ele.

Hoje, a partir das 15h, o site do GLOBO faz um bate-papo ao vivo com um especialista em direito trabalhista e previdenciário do escritório Siqueira Castro Advogados, para tirar dúvidas dos leitores sobre as mudanças na legislação. A PEC foi apresentada em 2010 pelo deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT) e, em 2011, com a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do qual o Brasil é signatário, a proposta ganhou celeridade. Passou em dois turnos pela Câmara em dezembro do ano passado e foi votada pelo Senado, em dois turnos, em apenas uma semana. Parlamentares de todos os partidos foram favoráveis, com longos discursos então no Senado sobre a importância histórica da votação. Estiveram presentes as ministras da Secretaria de Mulheres, Eleonora Mercante, Luiza Barreto (da Igualdade Racial) e a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Delaide Miranda Anantes e a deputada Benedita da Silva (PT-RR).

Espaço 'agradado' está em aquecimento na página 24

DIREITOS IGUAIS

Nova divisão (forçada) do trabalho no lar

Psicanalista prevê 'confusão emocional' para casais e até aumento de divórcios. Para antropóloga, nova geração terá ganhos

CLÁudia SPITZ
claudia.spitz@globo.com.br
MARILIA A. GOLDENBERG
mariliana.anderson@globo.com.br

A valorização das empregadas domésticas, comanda pela emenda constitucional recém-aprovada que dá mais direitos a essas profissionais, pode impulsionar a tão aguardada redistribuição das atividades inevitáveis do dia a dia. As famílias terão de se reorganizar para viver em uma rotina que vai tornar obrigatória a participação de homens, mulheres e crianças nas tarefas domésticas. O psicanalista Ary Band prevê tempos de "confusão emocional" e acredita até num aumento do número de divórcios.

— Sem que as pessoas entendam diretamente as consequências, (a falta de empregada) pode minar as relações que já estão mais ou menos — afirma. — Tudo que o problema gera tensão e as pessoas procuram um bode expiatório — acrescenta.

Já para a antropóloga Mirian Goldenberg, escritora e professora da UFRJ, o "choramingo" com a perda das empregadas domésticas fixas deve ser substituído pela percepção positiva do ganho na formação da próxima geração.

— O mais importante é a mudança de postura. Não mudar as relações dentro das famílias, a imagem da mulher e a cabeça das crianças, que vão ter que passar a arrumar a cama e esquentar a comida, sem a imagem da escrava.

MULHER PODE FICAR SOBRECARGADA
O administrador Pedro da Fonseca admite que teve dificuldades para se adaptar a certas responsabilidades quando o casou. Seu pai não é muito afeito às tarefas domésticas, responsável pela mãe e da empregada doméstica. Hoje, com 38 anos e uma filha de sete meses, conta que divide tudo com sua mulher. O grupo do qual ele faz parte ainda não é relevante nas estatísticas do IBGE, mas, entre as novas

gerações, já conquistou muitos membros. Depois da aprovação da proposta, conhecida como PEC das Domésticas, Pedro e a mulher fizeram suas contas e decidiram demitir a empregada mensalista para contratar uma diarista.

— Agora, o trabalho vai aumentar. Mas vamos dividir. Hoje em dia, quem sai da casa dos pais não tem mais empregada doméstica, e a divisão de tarefas é natural — diz.

CRIANÇAS TERÃO QUE AJUDAR MAIS

Ao contrário de outros países onde a queda na participação das mulheres no trabalho doméstico é acompanhada por um aumento na contribuição masculina, no Brasil apenas 46,9% dos homens que trabalhavam fora faziam tarefas dentro de casa, enquanto 89,2% das mulheres ocupadas no mercado de trabalho dedicavam-se a isso, segundo a última edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

— Se a mulher não sofrer exigiu uma divisão da responsabilidade, vai ficar sobrecarregada — alerta Mirian. — O Brasil é uma sociedade escravocrata ainda e não obriga marido e crianças a assumirem suas responsabilidades. Não é questão de ajuda, mas de responsabilidade.

Os números podem ainda não manifestar tendência de mudança, mas, ao menos nas novas gerações, é mais fácil encontrar um homem engajado em afazeres domésticos do que um que admite a falta de colaboração em casa.

De tanto delegar as tarefas domésticas a suas duas empregadas, que tinham até cartão de crédito para fazer compras no supermercado, Pedro Neiva, de 31 anos, e sua mulher se sentiam surtadas dentro da própria casa. Para participar mais da rotina dos dois filhos, decidiram mudar radicalmente. Saíram do Rio para Vitória, no Espírito Santo, onde a mulher encontrou um emprego melhor e Pedro passou a ser dono de casa. Hoje, eles têm as crianças para a escola, sabe o que comem e co-



Na cozinha. O italiano Matteo e a brasileira Juliana no apartamento em Ipanema: divisão de tarefas, compras e educação dos filhos

“Vão mudar as relações dentro das famílias, a imagem da mulher e a cabeça das crianças, sem a imagem da escrava”

Mirian Goldenberg
Antropóloga e autora de livros

mo ando o dever de casa:

— (O aspecto financeiro) Foi considerado. A gente tinha despesa muito grande com domésticas. Mas o mais importante foi ganhar qualidade de vida, assumir mais a criação dos filhos.

DIVISÃO DE TAREFAS UNE O CASAL

Na casa da produtora cultural Juliana Cassidy, não só o marido, o italiano Matteo Facheris, desempenha tarefas domésticas, mas também as crianças. Enquanto ele cozinha e ela cuida das roupas, as crianças deixam as merendinhas preparadas e põem a mesa. Juliana não deixa de notar a diferença entre seu marido e seu pai, que não colaborava dentro de casa. Para ela, a divisão de tarefas une o casal.

— Desenvolvemos muito bem a comunicação entre nós dois — diz Juliana. — Hoje dividimos tudo, do cardápio, as compras e acompanhamos a educação dos nossos filhos.

Para Matteo, a falta de disposição masculina para as tarefas domésticas no Brasil tem motivo bem claro: todos crescem com empregada doméstica.

— Na Europa, a gente se acostuma a se virar. Na Itália, com as mesmas condições econômicas, seria impossível manter uma empregada — afirma.

Para que o homem possa fazer mais tarefas domésticas e participar mais da criação dos filhos, sua relação de trabalho também precisaria mudar. A licença dada aos homens quando têm filhos já envia sinais negativos: apenas cinco dias, enquanto mulheres têm direito a até seis meses.

Para Jacqueline Resch, especialista em recursos humanos, o pedido de um funcionário homem para sair mais cedo ou se ausentar para cuidar do filho pode causar estranheza das empresas:

— Alguns pais já exercem esse papel, mas não são a maioria. Essas tarefas não são mais exclusivas das mulheres, então ter que abertura. Isso vai depender da cultura da empresa — afirma.

NO TABLET
O GLOBO E MAIS
Reportagem publicada no
versoperior digital

GUIA DO EMPREGO DOMÉSTICO
Guia de 20 páginas, encadernado em 6,000 do tipo, orienta o leitor sobre direitos e deveres de trabalhador doméstico e do empregador